

7- RELACIONAMENTO FINANCEIRO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

7.1 – Missões Técnicas aos Estados

Com o intuito de conhecer em detalhes a situação atual do Estado e realizar projeções factíveis para os anos seguintes, bem como colher informações que servirão de base para a elaboração ou revisão do Programa de Ajuste Fiscal e para a verificação de metas do ano de 2002. No decorrer do ano de 2003, o Tesouro Nacional realizou 25 (vinte e cinco) missões técnicas aos Estados, conforme a tabela abaixo.

Tabela 7.1

MISSÕES TÉCNICAS REALIZADAS

PERÍODO	ESTADO	FINALIDADE
17.03.03 a 19.03.03	MG	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
07.04.03 a 09.04.03	AL	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
09.04.03 a 11.04.03	PA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
14.04.03 a 16.04.03	MT	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
23.04.03 a 25.04.03	CE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
23.04.03 a 25.04.03	DF	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
28.04.03 a 30.04.03	PR	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
05.05.03 a 07.05.03	MA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
05.05.03 a 07.05.03	RS	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
12.05.03 a 14.05.03	GO	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
19.05.03 a 21.05.03	PB	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
20.05.03 a 22.05.03	SP	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
02.06.03 a 03.06.03	AC	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
02.06.03 a 04.06.03	PI	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
04.06.03 a 06.06.03	RO	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
09.06.03 a 11.06.03	ES	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
09.06.03 a 11.06.03	SE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
16.06.03 a 18.06.03	PE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
16.06.03 a 18.06.03	MS	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
23.06.03 a 25.06.03	RR	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
23.06.03 a 24.06.03	SC	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
30.06.03 a 02.07.03	RJ	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
09.07.03 a 11.07.03	RN	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.
16.07.03 a 18.07.03	BA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2002 e atualizar o Programa de Ajuste para 2003-2005.

Fonte: MF/STN/COREM

7.2 – Revisão de Programas de Ajuste Fiscal

O Programa de Ajuste Fiscal constitui parte integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas e tem a finalidade de estabelecer as Metas Fiscais a serem alcançadas pelo Estado em determinado período. O Programa de Ajuste Fiscal é trienal podendo ser revisado a cada ano. No ano de 2003, foram elaborados os seguintes Programas como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.2
PROGRAMAS DE AJUSTE FISCAL

UF	DESCRIÇÃO	POSIÇÃO
AC	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 30.10.2003
AM	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 27.06.2003
BA	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
DF	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
ES	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
MA	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
MG	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 27.06.2003
MS	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 22.10.2003
MT	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
PA	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
PB	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 07.10.2003
PE	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 11.11.2003
PI	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003
RN	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 20.10.2003
RO	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 30.10.2003
RR	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 21.10.2003
SC	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 27.11.2003
SE	Programa de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2003-2005	Revisado em 31.10.2003

Fonte: MF/STN/COREM

7.3 – Cumprimento das Metas dos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Uma vez estabelecidos os Programas de Ajuste Fiscal, o cumprimento das metas estabelecidas para cada ano é avaliado. Assim, ao longo de 2003, o Tesouro Nacional efetuou as avaliações descritas abaixo:

Tabela 7.3
AVALIAÇÃO DAS METAS

UF	POSIÇÃO
AC	Nota Técnica nº 1.187, de 03.09.2003 (Metas 2002).
AL	Nota Técnica nº 1.868, de 30.12.2003 (Metas 2002).
AM	Nota Técnica nº 1.104, de 21.08.2003 (Metas 2002).
BA	Nota Técnica nº 1.641, de 24.11.2003 (Metas 2002).
CE	Nota Técnica nº 1.323, de 02.10.2003 (Metas 2002).
DF	Nota Técnica nº 1.188, de 03.09.2003 (Metas 2002).
ES	Nota Técnica nº 1.186, de 03.09.2003 (Metas 2002).
GO	Nota Técnica nº 1.311, de 22.09.2003, e Nota Técnica nº 1.722, de 04.12.2003, (Metas 2002) não aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento das Metas 2 e 5.
MA	Nota Técnica nº 1.640, de 24.11.2003 (Metas 2002).
MG	Nota Técnica nº 821 de 27.06.2003 (Metas 2002).
MS	Nota Técnica nº 1.638, de 24.11.2003 (Metas 2002).
MT	Nota Técnica nº 1.180, de 03.09.2003, e Nota Técnica nº 1.775, de 17.12.2003, (Metas 2002) aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento da Meta 2.
PA	Nota Técnica nº 1.129, de 27.08.2003 (Metas 2002).
PB	Nota Técnica nº 1.179, de 03.09.2003, e Nota Técnica nº 1.466, de 16.12.2003, (Metas 2002) aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento das Metas 2 e 6.
PE	Nota Técnica nº 1.639, de 24.11.2003 (Metas 2002).
PI	Nota Técnica nº 1.776, de 17.12.2003 (Metas 2002).
PR	Nota Técnica nº 1.375, de 08.10.2003 (Metas 2002).
RJ	Nota Técnica nº 1.569, de 10.11.2003, e Nota Técnica nº 1.867, de 30.12.2003, (Metas 2002) não aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento das Metas 2 e 3.
RN	Nota Técnica nº 1.310, de 22.09.2003 (Metas 2002).
RO	Nota Técnica nº 1.445, de 23.10.2003, e Nota Técnica nº 1.773, de 17.12.2003, (Metas 2002) aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento das Metas 2, 5 e 6.
RR	Nota Técnica nº 1.105, de 21.08.2003 (Metas 2002).
RS	Nota Técnica nº 1.777, de 17.12.2003 (Metas 2002).
SC	Nota Técnica nº 1.444, de 23.10.2003, e Nota Técnica nº 1.774, de 17.12.2003, (Metas 2002) aceitando as justificativas dadas pelo Estado em relação ao descumprimento da Meta 2.
SE	Nota Técnica nº 1.568, de 10.11.2003 (Metas 2002).
SP	Nota Técnica nº 1.377, de 09.10.2003 (Metas 2002).

Fonte: MF/STN/COREM

7.4 – Cálculos dos Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02 – Desoneração do ICMS (Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação)

Em 2003 foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo à Lei Complementar nº 115, 26.12.2002. Como resultado destes cálculos foram transferidos os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a Portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas para o Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/02. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as memórias de cálculo e as Portarias foram disponibilizadas na página da STN na Internet.

Tabela 7.4
VALORES ENTREGUES DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 115/02 – 2003

			R\$1,00
UF	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
Acre	2.200.198,80	733.399,56	2.933.598,36
Alagoas	20.305.920,80	6.768.640,23	27.074.561,03
Amapá	9.890.410,82	3.296.803,65	13.187.214,47
Amazonas	25.608.143,25	10.897.760,57	36.505.903,82
Bahia	121.429.555,09	40.476.518,32	161.906.073,41
Ceará	39.364.079,36	13.121.359,86	52.485.439,22
Distrito Federal	26.092.720,69	-	26.092.720,69
Espírito Santo	139.503.535,64	46.501.178,59	186.004.714,23
Goiás	32.256.692,90	10.752.231,00	43.008.923,90
Maranhão	54.657.156,37	18.219.052,16	72.876.208,53
Mato Grosso	46.905.753,76	15.635.251,25	62.541.005,01
Mato Grosso do Sul	29.838.262,65	9.946.087,59	39.784.350,24
Minas Gerais	328.217.715,86	140.305.082,94	468.522.798,80
Pará	109.400.566,18	43.911.162,47	153.311.728,65
Paraíba	6.948.123,40	2.316.041,10	9.264.164,50
Paraná	254.382.032,17	105.029.519,39	359.411.551,56
Pernambuco	35.904.276,45	11.968.092,19	47.872.368,64
Piauí	7.674.718,05	3.284.755,48	10.959.473,53
Rio de Janeiro	141.742.441,79	47.247.480,60	188.989.922,39
Rio Grande do Norte	8.751.977,13	2.917.325,64	11.669.302,77
Rio Grande do Sul	319.590.867,93	106.530.289,27	426.121.157,20
Rondônia	6.027.104,25	2.009.034,79	8.036.139,04
Roraima	924.160,92	308.053,57	1.232.214,49
Santa Catarina	115.665.166,94	38.555.055,64	154.220.222,58
São Paulo	994.034.795,36	331.344.931,83	1.325.379.727,19
Sergipe	6.053.688,47	2.017.896,16	8.071.584,63
Tocantins	1.902.698,35	634.232,75	2.536.931,10
TOTAL	2.885.272.763,40	1.014.727.236,60	3.900.000.000,00

Fonte: MF/STN/COREM

7.5 – Capacidade de Pagamento

No período em questão, foram feitas 51 (cinquenta e uma) análises de capacidade de pagamento, sendo 30 (trinta) de Municípios e 21 (vinte e uma) de Estados. Segue abaixo a listagem dos Estados e Municípios que tiveram analisada suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

Tabela 7.5

ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS

BENEFICIÁRIO	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANC.	NOTA TÉCNICA Nº
Estado de Alagoas	Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR	BIRD	610, de 19.05.2003
Estado do Amazonas	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Fase I Bacia dos Educandos.	BID	894, de 10.07.2003
Estado da Bahia	Projeto de Reorganização do Sistema Estadual de Saúde	BIRD	389, de 11.04.2003
Estado da Bahia	Projeto de Educação do Estado da Bahia – 2ª fase	BIRD	447, de 23.04.2003
Estado da Bahia	Programa de Urbanização e Desenvolvimento Integral de Áreas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II	BIRD	1.574, de 03.11.2003
Estado da Bahia	Programa de Desenvolvimento Integral do Turismo no nordeste – PRODETUR II	BNB	1.772, de 17.12.2003
Estado do Ceará	Programa de Saneamento Básico do Ceará II	KFW	979, de 25.07.2003
Estado do Espírito Santo	Programa de Saneamento e Meio Ambiente – 2ª Fase	BIRD	1.446, de 23.10.2003
Estado do Maranhão	Projeto de Fortalecimento da Educação Rural	BIRD	1.541, de 05.11.2003
Estado de Mato Grosso do Sul	Projeto de Melhoria da Infra-estrutura Viária da Região Sul-fronteira	BID	1.688, de 01.12.2003
Estado de Minas Gerais.	Programa Produtividade, Qualidade e Competitividade de pequenas e Médias Empresas de Minas Gerais; Desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais – Energia Elétrica p/ o Noroeste de Minas Gerais; e Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO	BID	1.548, de 05.11.2003
Estado de Pernambuco	Projeto Melhoria da Qualidade de Educação	BIRD	1.617, de 19.11.2003
Estado de Pernambuco	PROMETROPOLE	BIRD	155, de 20.02.2003
Estado do Rio Grande do Norte	Programa de Esgotamento Sanitário da Cidade de Natal	KFW	1.283, de 24.09.2003
Estado do Rio Grande do Norte	Programa de Desenvolvimento e Melhoria da Infra-Estrutura Urbana e Regional – RN	BID	1.428, de 22.10.2003
Estado do Rio Grande do Norte	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Convivência com o Fenômeno das Secas (1ª fase).	BIRD	1.428, de 22.10.2003
Estado de São Paulo	Aquisição pelo BNDES de créditos detidos pela CESP contra o Estado de São Paulo	-	563, de 12.05.2003
Estado de São Paulo	Aquisição pelo BNDES de créditos detidos pela CESP contra o Estado de São Paulo – nova avaliação de capacidade de pagamento.	-	708, de 06.06.2003
Estado de São Paulo	Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social - Fábrica de Cultura PROMOCAT/PROMOCIAF II – Reforma Institucional	BID	1.056, de 12.08.2003
Estado de São Paulo	Projeto 4ª Linha do Metrô de São Paulo	JBIC	1.056, de 12.08.2003
Estado de Sergipe	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Sergipano	BID	1.667, de 27.11.2003
Município de Araraquara – SP	Programa de Revitalização Urbana e Recuperação dos Recursos Hídricos de Araraquara.	BIRD	809, de 25.06.2003
Município de Bauru - SP	Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento da Bacia do Rio Bauru	BIRD	1.004, de 30.07.2003
Município de Belo Horizonte – MG	Programa de Desenvolvimento Integrado dos Assentamentos Subnormais do Município de Belo Horizonte (BH CIDADANIA)	BID	954, de 21.07.2003
Município de Belo Horizonte – MG	BH - Vilas Urbanizadas / Município de Belo Horizonte	BID	673, de 30.05.2003
Município de Belo Oriente – MG	Programa de Infra-estrutura de Belo Oriente	FONPLATA	953, de 21.07.2003
Município de Curitiba – PR	Programa de Transporte Urbano de Curitiba II	BID	1.600, de 14.11.2003

BENEFICIÁRIO	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANC.	NOTA TÉCNICA Nº
Município de Curitiba – PR	Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais	FONPLATA	1.709, de 05.12.2003
Município de Fortaleza – CE	Programa de Transporte Urbano de Fortaleza	BID	1.735, de 10.12.2003
Município de Goiânia – GO	Programa Macambira Anicuns	BID	695, de 05.06.2003
Município de Imperatriz – MA	Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental das Bacias Hidrográficas de Imperatriz	BIRD	1.117, de 22.08.2003
Município de Jaboicabal – SP	Projeto Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Córrego Rico - Projeto Rico Limpo	BIRD	975, de 24.07.2003
Município de Joinville – SC	Projeto Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais	FONPLATA	1.836, de 26.12.2003
Município de Juiz de Fora – MG	Programa de Recuperação Ambiental do Rio Paraibuna.	BID	1.582, de 12.11.2003
Município de Paulínia – SP	Programa Cidade Feliz	BID	1.764, de 16.12.2003
Município de Petrolina – PE	Programa de Reestruturação Urbana: Cidade Legal	BIRD	1.736, de 10.12.2003
Município de Ponta Grossa – PR	Programa de Melhoramento de Infra-Estrutura em Bairros e Modernização da Gestão da Saúde Municipal	BID	1.086, de 15.08.2003
Município de Porto Alegre – RS	Programa de Desenvolvimento Municipal de Porto Alegre	BID	22, de 08.01.2003
Município de Recife - PE	Capibaribe Melhor.	BIRD	1.036, de 06.08.2003
Município de Ribeirão Preto – SP	Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Ribeirão	BIRD	1.003, de 30.07.2003
Município de Rio de Janeiro – RJ	Prorrogação de prazo de 29.03.2004 para 29.03.2006 para o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP II	BID	267, de 17.03.2003
Município de Rio de Janeiro – RJ	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares para o Município do Rio de Janeiro - PROAP - RIO - Etapa III	BID	1.044, de 08.08.2003
Município de Rio de Janeiro – RJ	Programa Rio Criança Maravilhosa – PROCRIM	BIRD	1.079, de 14.08.2003
Município de São Jose dos Pinhais – PR	Programa de Estruturação Social, Consolidação e Melhorias de Infra-estruturas Municipal	BID	810, de 25.06.2003
Município de São Luís – MA	Programa de Desenvolvimento Sustentável das Bacias Itaquari-Bacanga.	BIRD	944, de 18.07.2003
Município de São Paulo – SP	Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo – PROCENTRO	BID	1.066, de 13.08.2003
Município de Serranópolis do Iguaçu – PR	Programa de Incentivo à Agroindústria	FONPLATA	1.200, de 05.07.2003
Município de Serranópolis do Iguaçu – PR	Programa de Esgoto Sanitário Urbano	FONPLATA	1.200, de 05.07.2003
Município de Teresina – PI	Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina - Lagoas do Norte	BIRD	997, de 29.07.2003
Município de Uberaba – SP	Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento	BIRD	1.035, de 06.08.2003
Município de Vitória - ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda - Projeto Terra	BID	943, de 18.07.2003

Fonte: MF/STN/COREM

7.6 – Acompanhamento da Evolução das Despesas de Pessoal dos Estados, DF e Municípios

A tabela abaixo apresenta os valores da despesa de pessoal executada pelos Estados no período de 2002, segundo o conceito “fonte tesouro”.

Tabela 7.6
DESPESA DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2002

R\$ 1,00

ESTADOS	VALORES
ACRE	559.139.673,91
ALAGOAS	880.301.042,42
AMAZONAS	1.351.129.848,48
AMAPÁ	412.775.204,87
BAHIA	3.198.413.018,57
CEARÁ	1.855.661.444,26
DISTRITO FEDERAL	4.505.449.406,08
ESPÍRITO SANTO	1.507.994.994,32
GOIÁS	2.223.359.245,09
MARANHÃO	1.235.340.413,4
MINAS GERAIS	8.558.457.953,39
MATO GROSSO DO SUL	871.187.066,96
MATO GROSSO	1.205.603.553,64
PARÁ	1.852.589.287,40
PARAÍBA	1.144.889.807,62
PERNAMBUCO	2.400.141.071,06
PIAUÍ	844.307.889,18
PARANÁ	3.817.475.526,25
RIO DE JANEIRO	7.477.536.965
RIO GRANDE DO NORTE	1.233.006.256,64
RONDÔNIA	720.015.913,34
RORAIMA	305.833.457,62
RIO GRANDE DO SUL	5.565.540.883,57
SANTA CATARINA	2.343.347.407,19
SERGIPE	947.521.550,71
SÃO PAULO	22.231.267.527,93
TOCANTINS	58.292.457,49
TOTAL BRASIL	79.306.578.866,39

Fonte: Balanço Geral dos Estados

Para o acompanhamento dos gastos com pessoal dos 180 municípios que renegociaram suas dívidas, foram analisados os dados anuais por eles fornecidos, coletados pela Caixa Econômica Federal em decorrência de convênio firmado com aquela instituição para atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 02.05.2000. Este trabalho foi objeto da Nota Técnica nº 1.743 STN/COREM, de 11.12.2003.

7.7 – Operacionalização das Atribuições Derivadas da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000, o Tesouro Nacional vem promovendo a coleta das contas estaduais e municipais relativamente aos exercícios de 2000 a 2002.

Com base nos dados municipais coletados até 30 de abril e dos estaduais, coletados até 30 de maio, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN efetuou a consolidação das contas desses entes, as quais foram agregadas às contas da União e posterior publicação no Diário Oficial da União. Adicionalmente, para dar maior publicidade ao ato, disponibilizou tais dados na página do Tesouro Nacional.

Considerando que o § 2º do referido artigo veda a realização de transferência voluntárias aos entes que não apresentarem suas contas, o Tesouro Nacional promoveu, durante o exercício de 2003, rigoroso acompanhamento no recebimento dessas contas de modo a atualizar periodicamente a página da STN na internet e o Cadastro Único de Convênios – CAUC, que é o módulo de consulta, no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), utilizado pelos gestores das transferências voluntárias da União aos estados e municípios.

O Tesouro Nacional, tendo em vista os novos planos de contas que passaram a vigorar a partir de 2002, providenciou a atualização dos “Quadros dos Dados Contábeis Consolidados” (QDCC) de Estados e Municípios utilizados para a coleta das informações anuais. Nesse sentido, foi editada a Portaria STN nº 91, em 12.03.2003, que substituiu os referidos quadros divulgados pela Portaria STN nº 109, de 08.03.2002.

7.8 – Consolidação, por Esfera de Governo (Estados e Municípios) dos Valores de Receitas Arrecadadas, Identificando as Espécies de Tributos, Referentes ao Exercício de 2001, Conforme Estabelece o art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000.

Em cumprimento ao artigo 51 da Lei Complementar nº 101/2000, foi publicada a Portaria nº 346, de 27.06.2003, divulgando os valores da consolidação nacional, por esfera de governo das contas do exercício de 2002 de 24 estados, do Distrito Federal e de 3.429 municípios. Posteriormente à publicação da referida Portaria os dois estados ausentes apresentaram suas contas. Desta forma, nas tabelas abaixo estão detalhados os valores consolidados das receitas tributárias arrecadadas em todos os estados, no DF e em 3.429 municípios.

Tabela 7.7
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS ESTADUAIS DO EXERCÍCIO 2002

R\$ 1,00					
ESTADOS	RECEITA TOTAL	RECEITA CORRENTE	RECEITA TRIBUTÁRIA	ICMS	OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS
AC	1.160.124.815,64	1.181.902.608,20	220.084.338,05	169.482.858,82	50.601.479,23
AL	2.415.029.167,25	1.926.165.441,47	742.194.750,00	665.566.866,00	76.627.884,00
AM	3.659.238.359,86	3.810.397.084,66	2.077.609.765,46	1.939.187.137,46	138.422.628,00
AP	963.863.703,30	916.546.631,11	162.194.038,27	138.255.500,32	23.938.537,95
BA	9.868.801.490,95	9.988.203.681,79	5.383.113.686,42	4.950.531.008,80	432.582.677,62
CE	5.889.150.022,14	5.364.990.866,76	2.624.605.009,90	2.368.019.661,08	256.585.348,82
DF	7.232.406.002,71	7.040.227.549,91	2.939.353.841,44	1.816.260.591,01	1.123.093.250,43
ES	3.710.820.247,09	3.823.447.449,28	2.705.983.587,21	2.364.263.665,41	341.719.921,80
GO	5.083.561.218,03	5.070.960.787,83	3.353.348.832,22	2.914.196.807,91	439.152.024,31
MA	3.397.666.973,35	3.265.104.296,18	1.028.522.170,16	897.073.003,37	131.449.166,79
MG	16.313.227.286,21	15.978.882.062,53	11.152.092.656,05	9.397.793.044,21	1.754.299.611,84
MS	2.565.539.828,83	2.562.885.509,75	1.508.423.784,40	1.341.761.976,23	166.661.808,17
MT	2.900.229.401,64	3.146.364.105,01	2.033.963.329,11	1.841.745.250,83	192.218.078,28
PA	3.977.188.790,75	4.260.190.185,19	1.903.335.674,90	1.702.946.287,70	200.389.387,20
PB	2.291.264.590,08	2.509.787.222,51	1.013.222.610,46	914.663.026,50	98.559.583,96
PE	6.494.212.098,42	6.625.990.178,80	3.236.951.428,87	2.826.720.789,41	410.230.639,46
PI	1.711.653.723,41	1.834.112.455,95	598.794.521,69	540.797.415,77	57.997.105,92
PR	9.942.098.576,10	10.122.530.208,79	6.295.975.004,28	5.580.692.799,23	715.282.205,05
RJ	19.204.877.532,89	19.949.247.045,83	12.089.143.589,72	10.272.525.716,76	1.816.617.872,96
RN	2.409.033.838,73	2.633.976.003,33	1.187.913.579,04	1.014.478.440,48	173.435.138,56
RO	1.566.691.118,64	1.452.952.933,47	697.028.039,13	639.159.783,13	57.868.256,00
RR	792.427.432,00	860.773.797,00	138.456.433,00	119.578.417,00	18.878.016,00
RS	12.239.654.003,05	11.867.895.023,74	8.016.083.680,38	7.213.311.025,49	802.772.654,89
SC	6.983.127.738,81	6.170.731.463,44	4.272.003.589,39	3.798.879.313,84	473.124.275,55
SE	2.044.846.983,66	2.136.477.960,85	724.334.781,61	664.264.811,43	60.069.970,18
SP	53.038.997.550,89	51.892.479.009,15	41.102.869.021,91	36.453.326.781,47	4.649.542.240,44
TO	1.891.241.093,76	1.734.066.331,32	466.621.010,61	406.195.557,39	60.425.453,22
TOTAL	189.746.973.588,19	188.127.287.893,85	117.674.222.753,68	102.951.677.537,05	14.722.545.216,63

Fonte: Balanço Geral dos Estados.

Tabela 7.8
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO 2002

R\$ 1,00	
RECEITAS	ARRECAÇÃO
Receita Tributária	19.122.185.993,26
Impostos	17.018.907.326,01
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	7.071.653.712,11
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.540.035.797,81
Imp. sobre Trans. 'Inter Vivos' de Bens Imóveis e de Dir. Reais sobre Imóveis – ITBI	1.271.142.069,68
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	7.136.075.746,41
Taxas	2.045.847.469,03
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	589.274.901,81
Taxas pela Prestação de Serviços	1.456.572.567,22
Contribuição de Melhoria	57.431.198,22

Fonte: Portaria nº 346, de 27 de junho de 2003.

Posteriormente à consolidação realizada em junho, foram coletados dados de mais 1.395 municípios, totalizando um universo de 4.824 municípios. Com essa agregação as receitas tributárias somaram R\$ 20.007.200.804,53.

Tabela 7.9
RECEITAS

R\$ 1,00

RECEITAS	ARRECAÇÃO
Receita Tributária	20.007.200.804,53
Impostos	17.535.034.867,07
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.501.103.233,50
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.725.588.712,42
Imp. sobre Trans. 'Inter Vivos' de Bens Imóveis e de Dir. Reais sobre Imóveis – ITBI	1.422.134.991,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	7.886.207.929,62
Taxas	2.393.563.325,37
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	659.333.267,62
Taxas pela Prestação de Serviços	1.734.230.057,77
Contribuição de Melhoria	78.602.612,62

Fonte: Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios – 2002.